



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Projeto de Resolução n.º 2247/XIII/4.^a

Recomenda a integração dos leitores das instituições do ensino superior público

Os leitores das universidades portuguesas são docentes de língua estrangeira que, tendo uma formação específica na área da didática do ensino de língua para estrangeiros, são docentes contratados através da figura, prevista no Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU), dos “docentes especialmente contratados”. Ou seja, são contratados a termo certo apesar de desempenharem necessidades permanentes, sendo os seus contratos sucessivamente renovados. Muitos deles encontram-se a lecionar na mesma instituição há 15, 20 ou 30 anos.

As alterações ao ECDU, em 2009, não estabeleceram as condições para a vinculação estável destes docentes, tendo agravado a situação, já precária, em que vivem. Estas alterações previram o limite de 4 anos do contrato de convidado em regime de tempo integral ou de dedicação exclusiva, sem considerar a conversão em vagas a abrir para concurso às diversas categorias da carreira docente universitária. Após estes 4 anos, os docentes teriam duas soluções: a primeira, transitória, significaria a passagem a contrato a tempo parcial, com a respectiva redução salarial; a segunda seria o desemprego.

O atual Governo entregou, em 2017, um anteprojeto de regime transitório para, supostamente, resolver a situação dos leitores, referindo que “a área governativa da ciência, tecnologia e ensino superior tem como desiderato, em particular, a renovação do copo docente, dando a oportunidade de estabilidade profissional e redução dos níveis de precariedade daqueles que disponham de uma longa experiência de docência e que preencham as condições habilitacionais de referência.” Entendendo ainda que “devem ser tomadas medidas de salvaguarda e estabilização dos vínculos no ensino superior universitário abrangendo, sobretudo, aqueles, que despenhando



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

sucessivamente a mesma função docente há diversos anos, sejam titulares de vínculos a termo resolutivo certo, como sucede no caso dos leitores”.

Todavia, o que a realidade confirma é que a estabilização dos vínculos no ensino superior e na ciência não é uma prioridade do governo PS. Estamos em julho de 2019 e, mesmo tendo ocorrido uma reunião para negociação com os sindicatos em 8 de maio, a situação ainda não foi resolvida.

Neste momento, são já muitos os leitores que acabaram despedidos com o decorrer do tempo ou que passaram a contratos a tempo parcial e a auferir menos 60% do que deviam. Acresce ainda que estamos no fim do ano letivo e as instituições não terão qualquer enquadramento legal para renovar contratos de muitos leitores, sobrando as duas soluções já descritas. Esta situação é de uma brutal injustiça para estes trabalhadores.

Há cerca de 50 leitores que, em agosto próximo, correm severo risco de perder o seu trabalho se nada for feito com urgência. São docentes estrangeiros, que vieram para Portugal ensinar a sua língua e que já estão na mesma instituição há décadas.

Do lado das universidades, também o risco é enorme, pois perderão professores que há décadas lecionam na instituição, cuja experiência é insubstituível. Nesta altura, as instituições têm de fazer os horários para o próximo ano letivo e também elas não sabem com o que podem contar.

O PCP questionou o Governo por diversas vezes, por escrito e oralmente em audições, defendendo que a este compete garantir a estabilidade, no mais curto espaço de tempo, destes trabalhadores. É inaceitável que esta situação exista e se arraste há 2 anos, em que são feitas promessas, em que são criadas expectativas e depois não são arrançadas soluções.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Nestes termos, ao abrigo da alínea b) do artigo 156.º da Constituição da República e da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, o Grupo Parlamentar do PCP apresenta o seguinte Projeto de Resolução:

Resolução

A Assembleia da República recomenda ao Governo, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição da República, que proceda à:

1. Transição para contrato de tempo indeterminado, em lugar a extinguir quando vagar, de todos os leitores das universidades públicas que exerciam funções a 1 de setembro de 2009 em regime de tempo integral ou dedicação exclusiva;
2. Abertura de concurso para a categoria de professor auxiliar, a requerimento do próprio, se já tiver obtido o grau de doutor;
3. Criação de um regime transitório que possibilite a obtenção do grau de doutor, concedendo as condições adequadas, nomeadamente através da redução da carga horária e da isenção do pagamento de propinas, sem perda do direito à remuneração contratualmente definida.

Assembleia da República, 1 de julho de 2019

Os Deputados,

ANA MESQUITA; ÂNGELA MOREIRA; PAULA SANTOA; CARLA CRUZ; JOÃO DIAS; RITA RATO; FRANCISCO LOPES; BRUNO DIAS; PAULO SÁ; DUARTE ALVES; BRUNO DIAS;
JORGE MACHADO; DIANA FERREIRA